



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO Nº 320851-9 (0003381-66.2000.8.17.0810)

Apelante: **João Antônio da Silva**

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Relator: **Des. Antônio Carlos Alves da Silva.**

Revisor: Des. Antonio de Melo e Lima.

Procurador(a) de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONDENAÇÃO PELO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE PENA EXACERBADA EM RAZÃO DA ANÁLISE INCORRETA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS CONSTANTES DO ARTIGO 59 DO CPP. PUGNA PELA REDUÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. DOSIMENTRIA DA PENA. REANÁLISE. REDUÇÃO DA REPRIMENDA IMPOSTA NA SENTENÇA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação criminal nº **320851-9**, em que figuram como partes as acima qualificadas, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de **18 / 06 / 2014**, à unanimidade de votos, em **Dar Provimento** ao recurso interposto pelo apelante **João Antônio da Silva** no sentido de reduzir a pena cominada no crime de homicídio (art. 121, § 2º, IV, CP) **restando a pena fixada em 16 (dezesseis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado** mantendo-se os demais termos da decisão atacada, consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte desse julgado.

Recife, **18** de **06** de **2014**.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO Nº 320851-9 (0003381-66.2000.8.17.0810)

Apelante: **João Antônio da Silva**

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Relator: **Des. Antônio Carlos Alves da Silva.**

Revisor: Des. Antonio de Melo e Lima.

Procurador(a) de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

O Ministério Público da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes ofereceu denúncia contra **João Antônio da Silva** e Rinaura Cruz da Paixão, v. "Lala", pela prática do delito definido no art. 121, § 2º, inciso IV e V, do Código Penal, assim descritos na inicial acusatória (fls. 01-A/01-C).

"... No dia 19.04.2000, por volta das 19h, em terras do Engenho Manado, depois de Sto. Aleixo, próximo a BR 232, neste, os denunciados, com unidade de desígnios e pluralidade de condutas, deflagraram, um após o outro, com a mesma arma, (revólver cal. 38), 2(dois) tiros contra a pessoa de JANEIDE VIANEZ DE LIMA, v. "NEIDE", 28ª, causando-lhe o óbito." (fls. 01/A/01C)

A motivação do crime, segundo se extrai da denúncia, cinge-se ao fato de que a vítima soubera que dias antes o acusado João Antônio da Silva, juntamente com outras pessoas, assassinaram a jovem Adriana Severina da Silva, tendo comentado este fato com várias pessoas da localidade. Diante disso, o acusado e demais elementos resolveram matar a vítima em razão desta "estar falando demais".

Registre-se que em despacho de fl. 74, a magistrada decretou a suspensão do prazo prescricional, bem como a suspensão do processo em referência a ré Rinaura Cruz da Paixão, decretando-lhe a revelia.

Encerrada a instrução criminal referente ao acusado João Antônio da Silva, o juízo de piso, entendendo presentes a materialidade e indícios suficientes de autoria, pronunciou o acusado como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV e V, do Código Penal. (fls. 322/325)

Submetido a julgamento pela Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, o Conselho de Sentença, acatando a tese da acusação, condenou o acusado nas penas do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, a pena de 21 (vinte e um) anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado. (fls. 351/352).

Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação, com fulcro no art. 593 III, "c", do Código de Processo Penal (fl. 367/377). Em suas razões recursais o famb



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

apelante postula pela diminuição da sanção imposta, visto ter ficado bem acima do mínimo legal. Aduz que o magistrado de piso não analisou de modo correto, as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CPP, razão pela qual entendeu serem elas, em sua maioria, desfavoráveis, quando na verdade estas são inteiramente favoráveis. Aduz ainda que o juízo acolheu a qualificadora do inciso V (assegurar a impunidade de outro crime), contrariamente ao que decidido pelo Conselho de Sentença. Ao final, pugna pela fixação da pena base no mínimo legal e ainda a redução da pena pela atenuante da confissão.

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer pelo improvimento do recurso. (fls. 396/397).

É o breve relatório.

À douta revisão.

Recife, 06 de 02 de 2014.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO Nº 320851-9 (0003381-66.2000.8.17.0810)

Apelante: **João Antônio da Silva**

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Relator: **Des. Antônio Carlos Alves da Silva.**

Revisor: Des. Antonio de Melo e Lima.

Procurador(a) de Justiça: Dra. Maria Helena da Fonte.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO - MÉRITO

Srs. Desembargadores, Sr. Procurador de Justiça:

De logo, verifica-se como equivocada a defesa, quando afirma que o magistrado sentenciante acolheu a qualificadora do inciso V, art. 121, § 2º, do CPP, uma vez que ficou consignado na sentença: *"Sintetizando, o Conselho de Sentença condenou o réu nas penas do art. 121, §2º, inciso IV (utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima) do Código Penal."*

É que o representante do Ministério Público, quando da sessão de Julgamento, requereu a condenação do acusado João Antônio da Silva, nos termos do art. 121, §2º, inciso IV, pugnando pelo afastamento da qualificadora contida no inciso V, constante da denúncia e da pronúncia. (fls. 353/354).

Desse modo, não há que se falar que o magistrado deixou de acolher a decisão do Conselho de Sentença ao fixar a pena do acusado. ✓

A materialidade do crime encontra-se devidamente comprova nos autos diante da perícia tanatoscópica de fls.44 e 44v. A autoria é indubitosa, diante da confissão do acusado, não sendo esta objeto deste recurso. ✓

Consoante se extrai das razões recursais, o pedido formulado pelo apelante encontra fundamento em alegado erro ou injustiça na aplicação da reprimenda imposta - art. 593, III, "c", Código de Processo Penal -, porquanto afirma que a pena aplicada comprovou-se ter sido exacerbada.

Considerando que a hipótese contida na alínea "c" do inciso III do art. 593 do Código Processual Penal diz respeito, exclusivamente, à atuação do Juiz Presidente, não importando em ofensa à soberania do veredicto popular (art. 5º, XXXVIII, "c", da CF), de modo que eventuais equívocos ou distorções constantes na sentença são passíveis de reforma direta pelo Tribunal, sem necessidade de se proceder a novo julgamento (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 1023) - deduz-se que a prestação jurisdicional, quanto à pena aplicada, de fato merece reforma.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

O sistema adotado pelo Código Penal possibilita ao julgador a faculdade controlada de escolher a sanção mais adequada ao delinqüente sem esquecer a gravidade objetiva do crime ou as suas conseqüências particulares. Esse critério tem por base o estabelecimento de determinadas circunstâncias que tornam o fato mais ou menos grave, possibilitando que o Estado repreenda o crime na proporção adequada ao mal causado à sociedade.

Nesses casos, é importante a interpretação doutrinária:

Circunstâncias judiciais são também conhecidas como circunstâncias inominadas, uma vez que não são elencadas exhaustivamente pela lei, que apenas fornece parâmetros para sua identificação (CP, art. 59). Ficam a cargo da análise discricionária do juiz, diante de determinado agente e das características do caso concreto. Justamente pelo fato de a lei penal reservar ao juiz um considerável arbítrio na valorização das circunstâncias é que se faz necessário fundamentar a pena-base.

[...] nos termos do art. 59, II, parte final, nessa primeira fase de fixação de pena, o juiz jamais poderá sair dos limites legais, não podendo reduzir aquém do mínimo, nem aumentar além do máximo (nesse sentido: Súmula 231 do STF). Do mesmo modo, a lei não diz o quanto o juiz deve aumentar ou diminuir em cada circunstância, sendo esse quantum de livre apreciação do juiz (CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. parte geral, vol. 1. 6 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 397).

A individualização da pena consiste em aplicar, depois do exame cuidadoso dos elementos que dizem respeito ao fato, a reprimenda necessária e suficiente para a reprovação do crime. E, como parâmetro, o sentenciante deverá obedecer aos critérios do art. 59 do Código Penal, às circunstâncias agravantes e atenuantes e, por fim, às causas de aumento e diminuição de pena para, ao final, impor ao condenado, de forma justa e fundamentada, a quantidade de pena que o fato está a merecer.

Observa-se da leitura da sentença a inidoneidade de parte da motivação apresentada pelo Magistrado, ao exercer o juízo de convicção, tendo em vista a indicação de razões impróprias para se considerar determinadas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu.

A pena-base quantificada em 22 (vinte e dois) anos de reclusão, ou seja, 10 (dez) anos a mais do mínimo legal, não se encontra justificada na sentença:

"... Quanto à culpabilidade, foi reconhecido pelo Conselho de sentença que o réu agiu com dolo de ceifar a vida da vítima..."

A culpabilidade do acusado não foge ao padrão do tipo penal.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

“...Há registro de antecedentes criminais em desfavor do réu, processo em curso nesta mesma Primeira Vara do Tribunal do Júri da comarca de Jaboatão dos Guararapes....”

A circunstância relativa aos antecedentes criminais, não pode ser valorada negativamente. Consta-se que o acusado responde à ação penal nº 0100190-21.2000.8.17.0810, pela prática do crime definido no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, não tendo, por óbvio, sentença transitada em julgado. É que, a título de antecedentes criminais somente podem ser considerados os processos cuja prática delitiva é anterior àquele que ora se apura, que contém sentença definitiva, vez que os referidos autos encontram-se em grau de apelação neste Tribunal de Justiça, portanto, sem o trânsito em julgado.

Diante disso, cumpre observar que esta Relatoria compartilha do entendimento de que ações em andamento não devem ser utilizadas para majorar a pena base do réu, nos termos da Súmula n.444 do STJ.

“...Os motivos do crime em nada favorecem o réu...” as circunstâncias do crime também lhes são desfavoráveis, não havendo elementos de que a vítima tivesse armada ou posto o réu em situação prejudicial em relação àquela...”

O motivo e as circunstâncias do crime hão de ser considerados desfavoráveis ao réu, vez que, segundo consta na peça exordial, a vítima foi morta em razão de haver comentado com outras pessoas ser o acusado autor da morte da pessoa de nome Rosemary Maria do Nascimento, vítima esta constante do processo acima mencionado

“...a conduta social do réu, portanto, poder ser considerada desviada do padrão exigido para o homem comum...”

Em relação à conduta social do sentenciado, a valoração levada a efeito pelo Julgador a quo me parece equivocada. A meu sentir, a notícia do envolvimento do réu em outras práticas delitivas não se presta para o aferimento de sua conduta social, que vem a ser o papel por ele exercido na comunidade em que vive no contexto da família, do trabalho, escola, vizinhança, etc. —

Dessa forma, nada se apurou a respeito da conduta social do acusado.

“... a personalidade do réu pode ser considerada desvirtuada...”

Para o reconhecimento negativo da personalidade é necessário que o Magistrado disponha de dados suficientes nos autos para aferi-la com exatidão. No caso, não há como considerar negativa essa circunstância, já que não foram colacionados elementos capazes de aquilatar e avaliar a índole ou o temperamento do acusado, tampouco o seu comportamento, não sendo o caso destes autos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

“... as consequências extrapenais são as inerentes são as inerentes à conduta, advindo a morte da vítima; não se pode dizer que o comportamento contribuiu para o crime no momento em que praticado...”

A consequência, morte da vítima é própria do tipo penal de homicídio, e por fim, o comportamento da vítima que em nada contribuiu para a ocorrência delituosa.

De todo o exposto, dentre os elementos do art. 59 do CP, tem-se, em sua maioria, favoráveis ao acusado, razão pela qual a pena-base é diminuída para 17 (dezesete) anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria da pena, presente a circunstância atenuante da confissão espontânea, diminui a reprimenda em 01 (um) ano de reclusão, tal qual a douda Magistrada de 1º Grau.

Ausentes circunstâncias agravantes e causas especial de diminuição e aumento, a reprimenda fica definitivamente fixada em desfavor de **João Antônio da Silva em 16 (dezesseis) anos de reclusão, pela prática do crime definido no artigo 121, §2º, inciso IV, do Código Penal**, mantendo-se no mais a sentença condenatória. ✓

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso para modificar a sentença nos termos deste voto.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. **Antonio Carlos Alves da Silva**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL nº 000338166-2000.8.17.0810 (0320851-9)
APELANTE: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA
APELADO: O Ministério Público Estadual
RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima
PROCURADORA de JUSTIÇA convocada: Dra. Maria Helena da Fonte
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO REVISOR

Pela r. sentença de fls. 351/352, proferida em conformidade com a decisão do Conselho de Sentença da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA**, qualificado nos autos, fora condenado à pena de 21(vinte e um) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática da conduta típica descrita no art. 121, § 2º, IV, do CPB.

O réu, inconformado, interpôs recurso de Apelação(fl. 355). Das razões recursais de fls. 367/377, é defendida a tese de que é necessário o redimensionamento da pena porque o Magistrado de piso teria se utilizado de fundamentação genérica e de dados integrantes do próprio tipo penal para exasperar a reprimenda. É pleiteada, em síntese, a fixação da pena-base no mínimo legal cominado ao crime, pugnando, por fim, pela aplicação da atenuante da confissão espontânea do crime, que importará em montante abaixo do mínimo legal.

Contrarrazões às fls. 385/386, pelo improvimento do recurso.

Parecer da d. Procuradoria de Justiça, da lavra da Exma. Procuradora de Justiça convocada, Dra. Maria Helena da Fonte, às fls. 396/397, pelo improvimento do apelo.

Inicialmente, é cediço que o recurso interposto contra decisão do Tribunal do Júri tem alcance restrito, estando limitado àquelas hipóteses relacionadas nas alíneas do inciso III, do art. 593, do CPP, ficando o julgamento adstrito aos fundamentos e motivos arguidos pelo apelante.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Como já mencionado, o recorrente insurge-se contra a reprimenda imposta.

Restou verificado que **JOÃO ANÔNIO DA SILVA** fora condenado pela prática do crime do art. 121, § 2º, IV, do CPB, à pena de 21(vinte e um) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado.

In casu, o Juiz-presidente, ao dosar a reprimenda, o fez aos seguintes termos(fls. 351/352):

"...Analisando os princípios preconizados no art. 59 do Código Penal Brasileiro, passo a analisar as circunstâncias judiciais. Quanto à culpabilidade, foi reconhecido pelo Conselho de sentença que o réu agiu com dolo de ceifar a vida da vítima, há registro de antecedentes criminais em desfavor do réu, processo em curso nesta mesma Primeira Vara do Tribunal do Júri da comarca de Jaboatão dos Guararapes; a conduta social do réu, portando, pode ser considerada desviada do padrão exigido para o homem comum; a personalidade do réu pode ser considerada desvirtuada; os motivos do crime em nada favorecem o réu, as circunstâncias do crime também lhes são desfavoráveis, não havendo elementos de que vítima tivesse armada ou posto o réu em situação prejudicial em relação àquela; as conseqüências extrapenais são as inerentes à conduta, advindo a morte da vítima; não se pode dizer que o comportamento contribuiu para o crime no momento em que praticado.

Assim, verifico não serem os elementos acima especificados inteiramente favoráveis ao acusado. A pena base para o homicídio qualificado é de 12 (doze) a 30 (trinta) anos e sendo cinco as qualificadoras, fazendo-se a divisão correspondente, para cada qualificadora chega-se ao resultado de 3,6 (três vírgula seis) anos, ou seja, três anos e aproximadamente sete meses. Entretanto, na hora de fixar a pena o Julgador não faz mero cálculo matemático. Neste caso, o crime foi cometido sem chances de defesa para a vítima, que estava desarmada, vindo a ofendida a morrer na hora, os tiros foram dados de distância pequena, a vítima era pessoa nova, que ficou, destarte, privada da chance de usufruir as benesses deste mundo, os tiros foram dados na



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

região do tronco, o que denota para a determinação do réu de ceifar a vida dela, de maneira que reprimenda não deve ficar próxima do mínimo, considerando-se, ainda, frise-se, o fato de o réu responder a outro processo, o que denota para sua personalidade e conduta desvirtuadas. Assim, fazendo-se junção dos critérios acima, fixo para o réu fixo para o réu JOÃO ANTONIO DA SILVA a pena-base em 22 (vinte e dois) anos de reclusão, a qual reduzo de um ano, pela incidência da atenuante genérica do art. 65, inciso III, alínea "d", do CP (confissão espontânea), tornando-a definitiva, ante a ausência de qualquer outra agravante ou atenuante ou causa de aumento ou de diminuição de pena, em 21 (vinte e um) anos de reclusão...".

Pois bem.

Comungo do entendimento de que só se justifica a imposição penal mínima quando todas as circunstâncias do art. 59, do Código Penal, se mostrem abonadoras, de modo que faltando tal situação a redução pretendida fere a legalidade esperada, não se podendo olvidar, ainda, que estamos diante do crime de homicídio qualificado.

Impossível o acolhimento da tese da defesa – *de fixação da pena-base no mínimo legal* - porquanto existem circunstâncias judiciais efetivamente desfavoráveis ao réu.

No caso em exame, do estudo do processo, verifiquei que o Magistrado de piso se distanciou do mínimo cominado ao crime com base no desfavorecimento de 6(seis) circunstâncias judiciais, quais sejam, *culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade, motivos e circunstâncias do delito*.

No entanto, assiste razão à defesa quanto ao pleito de diminuição da pena porquanto a decisão padece de fundamentação concreta quanto aos motivos do crime, à conduta social e à personalidade do acusado.

A existência de processo criminal em curso naquele mesmo Juízo, tal circunstância foi utilizada para desfavorecer não só os antecedentes como a conduta social e a personalidade do réu, o que não pode ocorrer.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Assim sendo, tomando como desfavoráveis apenas a **culpabilidade**, os **antecedentes** e as **circunstâncias** do crime, a pena-base deve mesmo ser reduzida de 22(vinte e dois) para **17(dezessete) anos** de reclusão, que, diminuída de 1(um) ano em face da atenuante da confissão espontânea do crime já reconhecida no 1º grau, perfaz o montante definitivo de **16(dezesesseis) anos de reclusão**.

Por todo o exposto, apesar do bem elaborado parecer da Procuradoria de Justiça, voto pelo **PROVIMENTO** da apelação defensiva e reduzo a pena do apelante JOÃO ANTÔNIO DA SILVA para 16(dezesesseis) anos de reclusão, mantendo, no mais, todos os demais termos da decisão atacada.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor